

o[s] tempo[s] do[s] medi@

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 7 . 2007

Marc Ferro (dir.), *Le Livre Noir du Colonialisme – XVI^e-XXI^e siècle: de la extermination à la repentance*, Paris, Éditions Robert Laffont, 2003, 1124 p.

1. Historiador multiforme, autor de estudos sobre Nicolau II da Rússia, o Marechal Pétain, a Grande Guerra de 1914-1918 e a globalização dos nossos dias, Marc Ferro tem dedicado uma especial atenção ao cinema, enquanto fonte privilegiada para as suas indagações, bem como à História Russa recente. Já a problemática do colonialismo surgiu em duas obras que, por assim dizer, se complementam: *Histoire des colonisations* e *Livre Noir du Colonialisme*. Ambas conheceram uma edição em Língua Portuguesa, muito embora o livro aqui passado em revista apenas tenha sido traduzido e depois publicado no Brasil¹.

A *Histoire des colonisations* é uma obra de síntese, traçando uma perspectiva da génese, evolução, derrocada e possíveis sobrevivências dos impérios coloniais aparecidos nos séculos XV e XVI. Neste âmbito, também o Japão e a Rússia são abordados, nomeadamente o singular movimento expansionista encetado por Moscovo rumo ao Cáucaso e à estepe siberiana, naquilo que pode ser entendido como um colonialismo diferente – porque não ultramarino – ou mesmo uma dilatação territorial não colonial, ainda que esta ideia envolva uma grande dose de ideologia. Para tal, basta recordar os termos através dos quais todos os colonialismos procuraram justificar a sua existência e que Marc Ferro expõe na introdução do *Livre Noir*: “essência da sua história” (Rússia); “manifestação de grandeza” (Espanha); “audácia” e “criação de uma raça nova” (Portugal); “senhorio dos mares” e presença dos cidadãos britânicos por todo o mundo (Inglaterra); disseminação dos ideais iluminista e revolucionário (França) (p. 22-25).

É, aliás, na introdução do *Livre Noir*, que Ferro fornece e explora uma série de premissas que a um tempo condicionam e alargam o tratamento destas questões. A primeira das quais prende-se com a natureza dos “livros negros”. De facto, não apenas o historiador afirma que a sua obra e o *Livre Negro do Comunismo*² constituem um díptico – se levarmos em linha de conta também o nazismo, teremos mesmo um tríptico sobre a ideologia totalitária –, como, no caso real do colonialismo, Ferro indica que a feitura de um “livro negro” precedeu a de um “livro branco” (p. 11). Refere-se o autor à *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, da lavra de Bartolomé de las Casas, dominicano espanhol do século XVI que pugnou pelos direitos dos índios sul-americanos, antecipando idênticos esforços de António Vieira.

Assim, não é despidendo relembrar que, numa famosa antologia de textos anticoloniais datada de 1969³ e que compreende “três séculos de pensamento anticolonialista”, os escritos do dominicano espanhol tenham sido apresentados como pioneiros na crítica ao expansionismo ultramarino europeu. E, decerto, não é menos oportuno (e curioso) registar que o mesmo livro, pelo menos na versão original francesa, somente tenha retido o texto de um nome português pretensamente ligado ao anticolonialismo: o de Camões, através da figura do Velho do Restelo. Estranha associação de ideias, é preciso dizer, pelo que, em face disto, o responsável pela tradução portuguesa julgou por bem incluir outros nomes, tais como Diogo do Couto, António Vieira, Fernão Mendes Pinto e Ribeiro Sanches.

Vale a pena perguntar se a escolha do tradutor luso terá seguido as pisadas da versão original, isto é, até que ponto os escritos de todos esses vultos pautaram

pela condenação do colonialismo enquanto sistema económico de “exploração do homem pelo homem” ou se, pelo contrário, se limitaram a tecer reparos à corrupção e aos desmandos das administrações coloniais, num registo ainda e sempre de apoio aos objectivos da metrópole? Em última análise: poderão ser considerados peças literárias anticolonialistas, pelo menos no sentido contemporâneo atribuído ao termo?

De resto, esse é um aspecto que passa outras colectâneas similares. Dir-se-ia que o género do “livro negro antológico”, pretendendo desvelar realidades cruéis e ocultas, por vezes incorre no pecado do anacronismo, na medida em que confunde crítica à colonização com crítica ao colonialismo.

2. Reunindo uma pléiade de autores consagrados, oriundos dos campos historiográfico, sociológico, etnográfico e etnológico, o *Livre Noir* abre com uma longa e importante introdução do seu coordenador. Com efeito, Marc Ferro começa por destacar a actualidade do objecto de estudo, evocando – discutivelmente, é certo – o 11 de Setembro de 2001. Depois, distinguindo colonização de colonialismo, detém-se noutras palavras deste léxico, julgando “descolonização” um termo demasiado eurocêntrico e “neocolonialismo” um conceito nem sempre devidamente explicitado.

Uma série de problematizações percorre o texto, como que trazendo à luz do dia todas as dificuldades, dicotomias e desencontros suscitados por uma reflexão mais atenta. Como não poderia deixar de suceder, a principal linha de pensamento relaciona-se com a divergência existente – melhor seria dizer discrepância – entre colonos e colonizados, entre palavra e acção de uns e de outros, entre razões profundas, ideologia e propaganda.

Neste sentido, Ferro argumenta que os colonos, quer continuando a cultivar até muito tarde as razões da “civilização” e do “fardo do homem branco”, quer recusando a autenticidade nacionalista dos movimentos de independência, onde entreviam sempre a sombra de Moscovo ou de Washington, pareciam habitar num outro planeta (p. 38). Mas, convencidas da pretensa incapacidade dos autóctones em abraçar a modernidade, acreditariam realmente as administrações coloniais estarem a criar um mundo novo? A tal pergunta, o autor procura responder com os numerosos estereótipos construídos em torno do Outro ao longo de séculos, os quais favoreceram a incompreensão: desde a suposta inferioridade física (taxionomias raciais, desprezo pela mestiçagem) e cultural (não-cultura) até à crença de que o meio ambiente ultramarino seria responsável pelo depauperamento das “virtudes” europeias dos colonos aí residentes (p. 37).

No entanto, reduzir a questão colonial à ideologia é incorrer em simplismo. Disso mesmo nos previne Ferro e daí a pertinência de um livro negro que inventarie, descreva e reconte o processo desde os primórdios do expansionismo ibérico. Como veremos, a tónica é posta no quase extermínio de algumas populações, na violência com a qual o recém-chegado quebrou as cadeias sociais e económicas montadas, alterando os modos de vida pré-existentes, e no estabelecimento de sociedades fundadas na injustiça.

3. O *Livre Noir du Colonialisme* compreende 5 partes: I – “L’Extermination”; II – “La Traite et l’Esclavage”; III – “Dominations et Résistances”; IV – “Le Sort des Femmes”; V – “Représentations et Discours”.

Ao invés do *Livre Noir do Comunismo*, que busca descrever os crimes de (quase) todos os regimes de matriz marxista, o volume coordenado por Marc

Ferro apenas cobre uma parcela, ainda que muito significativa, do fenómeno colonial. Não restam dúvidas que tal opção terá que ser confrontada com o facto de as experiências comunistas contemporâneas – excepção feita à Comuna de Paris – se confinarem ao século XX, para além de que o colonialismo europeu chegou a ocupar áreas ainda mais vastas e culturalmente diferenciadas do que os seguidores de Marx e Lenine. Assim sendo, ensaiar abarcar, num único volume, um manancial de informação “total” comparável ao *Livro Negro do Comunismo*, converter-se-ia numa tentativa demasiado ambiciosa, senão irrealizável. Como quer que seja, deve surpreender a originalidade das matérias afloradas, que, ao perderem em amplitude, ganham em riqueza de análise.

Na impossibilidade, então, de caracterizar todos os colonialismos, desde a sua entrada em cena até ao cair do pano, os autores do *Livre Noir du Colonialisme* decidiram antes concentrar-se nas grandes linhas, apesar de muitas vezes focarem temáticas deveras específicas, como resulta a incursão no universo feminino ou a leitura empreendida a partir da música e do cinema. É assim que a primeira parte, “L’Extermination”, se centra nos alvares do expansionismo ultramarino europeu, enumerando os crimes cometidos em três teatros geográficos: América Central, América do Norte e Austrália. O fio condutor é a “catástrofe demográfica” levada a cabo durante os processos de conquista/ocupação (p. 69). No caso concreto dos índios norte-americanos e dos aborígenes, os estudos sobre si vão mesmo mais longe do que a contabilização das perdas humanas e o relato das depredações, tocando a actualidade e o modo como o problema é visto pelos contemporâneos (descendentes dos colonos e autóctones).

A segunda parte, “La Traite et l’Esclavage”, inclui dois ensaios e um anexo. O primeiro, da autoria de Marc Ferro, procura inventariar o valor total dos efectivos humanos transaccionados por este ignóbil comércio, apresentando relevantes documentos sobre revoltas de escravos, caso daquela encabeçada por Toussaint Louverture, no Haiti, em finais do século XVIII. De similar interesse se reveste o ensaio seguinte, “Les esclaves du sud des États-Unis”, com o anexo final a propor uma cronologia sobre as etapas da abolição da escravatura no mundo.

A terceira parte, intitulada “Dominations et Résistances”, ocupa 636 páginas num total de 1124, ou seja, perfaz 57% do volume. Três grandes subdivisões – “Le Nouveau Monde”, “L’Asie” e “L’Afrique” – enquadram, por sua vez, artigos e anexos versando os três continentes. No que respeita à América, após um artigo de Carmen Bernard, que presta valiosa informação acerca dos primórdios dos “imperialismos” ibéricos, é lançado um olhar mais atento sobre as especificidades da colonização espanhola da América. Assinado por Jacques Poloni-Simard, director de redacção da revista *Annales*, o estudo detém-se na estruturação da sociedade colonial e na complexidade das suas “castas”, cujos fundamentos giraram em torno das proporções de “sangue” espanhol, indiano e negro, aparentemente presentes em cada indivíduo (p. 257). De mencionar, também, dois ensaios que se debruçam sobre a Guiana Francesa e o Haiti. De resto, o caso haitiano é dilucidado ao pormenor, com Leslie Manigat, antigo docente da Universidade de Paris-VIII e ex-Presidente da República do Haiti, a falar da transição entre o domínio francês e a influência norte-americana.

Nesta terceira parte, o continente asiático ocupa um total de 41% das 636

páginas e, aproximadamente, 23% da globalidade do *Livre Noir*. É, pois, um parcial não negligenciável, que dá conta da importância dispensada a alguns dos países que foram, cada um a seu modo, paradigmas da *praxis* colonial: a Rússia e o seu já mencionado peculiar expansionismo (Claire Mouradian, “Les Russes au Caucase”); o subcontinente indiano e a colonização britânica (Jacques Pouchepadass, “L’Inde: le premier siècle colonial” e Marie Fourcade, “Les Britanniques en Inde (1858-1947)”; e o colonialismo japonês, cujo título do artigo correspondente tão bem expressa a sua originalidade (Pierre-François Souyri, “La colonisation japonaise: un colonialisme moderne mais non occidental”). De sublinhar, ainda, dois escritos que abordam o século XX vietnamita, século esse percorrido pela presença dos franceses e depois dos norte-americanos. Por seu lado, um anexo alude à longa-metragem *Les Visiteurs*, de Elia Kazan, a qual, sem integrar o lote das mais famosas alguma vez filmadas sobre o Vietname – recorde-se a célebre película de Francis Ford Coppola, *Apocalypse Now* –, ilustra, como nenhuma outra, a visão retorcida do anticomunismo herdada dos tempos do McCarthismo, parecendo até justificar a violação – caso único nas lides do mundo cinematográfico (p. 519).

No que concerne a África, os artigos repartem-se entre a colonização da Argélia, o *Apartheid* e o processo descolonizador das colónias francesas. De realçar “Afrique Central: le temps des massacres”, da lavra de Elikia M’Bokolo, cuidadosa enumeração dos crimes cometidos em finais do século XIX e inícios do século XX, período no qual as potências europeias concluíram – mais pela espada, mas também pela pena – a ocupação do continente africano. Aí, o caso angolano é visto a partir da produção escrita das suas elites

negra e mestiça, com destaque para a imprensa surgida na segunda década da centúria passada, pertinaz defensora da igualdade entre colonizador e colonizado. Prefiguração de nacionalismo, pode-se perguntar? Decerto, ainda que não em ruptura completa com o projecto desenhado pela metrópole, o qual, apesar de todas as metamorfoses, nunca se desviou de uma premissa nuclear: permanecer.

Cabe, também, assinalar “La décolonisation de l’Afrique Française (1943-1962)”, do jornalista Yves Bénot, amplo retrato do crepúsculo de um império, cuja “jóia da coroa” era a Argélia, território, aliás, trabalhado em dois artigos do *Livre Noir*. Um estudo de Catherine Coquery-Vidrovitch, professora emérita da Universidade de Paris-VII-Denis-Diderot e consagrada africanista, fecha esta secção, avançando dados sobre a evolução demográfica durante os tempos coloniais. Dividindo este período em três fases, a primeira das quais, fruto do comércio escravagista, se caracterizou pelo massivo despovoamento de África, a autora indica que a última dessas etapas – ainda em curso em certos países – configura a tendência oposta, com o continente a conhecer uma explosão demográfica sem precedentes. Sobre este espaço, sempre em imprevisível mutação populacional, Catherine Coquery-Vidrovitch conclui: “la colonisation a eu des effets très contrastés sur l’histoire de la démographie” (p. 743).

Bem mais sucinta, a quarta parte, “Le Sort des Femmes”, contém apenas um estudo, “Femmes et colonialisme”, de Arlette Gautier, especialista em demografia. O enfoque é posto na mulher enquanto elo (ainda) mais fraco da relação colonizador/colonizado, afirmando a autora que, do total de seres humanos trans-portados rumo ao Novo Mundo, a fim de conhecerem a escravatura, cerca de um terço pertenciam ao sexo

feminino. Outro aspecto a realçar é a “erosão da influência política das mulheres” (p. 805), uma vez que os colonizadores, fundados nos estereótipos misóginos ocidentais, bebidos na tradição cristã, quebraram a estrutura de certas sociedades de cunho patriarcal. Ao mesmo tempo, Arlette Gautier alerta para a necessidade de fomentar a elaboração de estudos nesta área, tanto mais que também o papel das mulheres (enquanto colonas) tem vindo a ser reequacionado nos últimos anos.

A quinta e última parte, “Représentations et Discours”, como o próprio título deixa antever, constitui a secção que mais sistematicamente se dispõe a desmontar os mecanismos ideológicos do (anti)colonialismo. Fá-lo de duas formas: quer indo ao fundo da questão – Marcel Merle, “L’anticolonialisme”; Catherine Coquery-Vidrovitch, “Le postulat de la supériorité blanche et l’infériorité noir”; e Mariella Villasante Cervello, “La Négritude: une forme de racisme héritée de la colonisation française? Réflexions sur l’idéologie négro-africaine”, – quer analisando os seus mais significativos canais (re)transmissores – Alain Ruscio, “Chantons sous les tropiques... ou le colonialisme à travers la chanson française”; e Sylvie Dallet, “Filmer les colonies, filtrer le colonialisme”.

Finalmente, um epílogo de Nadja Vuckovic coroa esta vasta obra, colocando a sempre difícil questão das reparações. O ponto de partida é a Conferência Mundial contra o Racismo, que teve lugar, entre 31 de Agosto e 7 de Setembro de 2001, em Durban, evento em que a escravatura e o comércio que a alimentava foram inscritos no rol dos crimes perpetrados contra a humanidade. Após delimitar este conceito e discorrer acerca das suas origens, Nadja Vuckovic examina os efeitos psicológicos do *mea culpa* e das

reparações materiais. De qualquer modo, no que se refere às indemnizações, as propostas mais interessantes apresentadas em Durban vieram de países lusófonos. Enquanto Pedro Pires, Presidente de Cabo Verde, sugeriu uma efectiva ajuda ao desenvolvimento do continente africano, já Pascoal Mocubi, Primeiro-Ministro moçambicano, mostrou-se favorável à anulação da dívida tida com os países mais desenvolvidos (p. 1035). Claro que, em última instância e ainda segundo a autora, a aceitação do passado e o reconhecimento do erro são os primeiros passos para melhor encarar o futuro neste planeta cada vez mais globalizado e, por isso mesmo, cada vez mais (ou menos?) próximo.

4. A terminar, cumpre frisar o quanto este *Livre Noir* expõe, o mais crítica e friamente possível, os crimes dos colonialismos ocidentais e aqueles outros levados a cabo pelos japoneses e pelos árabes no Zanzibar. Sendo certo que algumas temáticas (como o colonialismo francês) recebem um tratamento privilegiado, deixando outras quase na sombra (como o colonialismo português), não é menos verdade que o trabalho atingiu o seu fim último: a denúncia desapassionada de um dos mais polémicos temas da arena historiográfica (e não só). Fonte de revisionismos, mas, sobretudo, causa de inquietações para muitos dos países que saíram da “era colonial” cheios de esperanças e continuam a enfrentar os efeitos perversos de um sistema por natureza arbitrário, eis o colonialismo cabalmente desvendado.

¹ Ferro, Marc – *Histoire des colonisations. Des conquêtes aux indépendances XIII^e-XX^e siècle*. Paris, Éditions du Seuil, 1994, (tradução portuguesa: *História das Colonizações. Das conquistas às independências* –

sécs. XIII-XX, Lisboa, Editorial Estampa, 1996); *Le Livre Noir du Colonialisme*, (tradução portuguesa: *O Livro Negro do Colonialismo*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2004).

² Courtois, Stéphane *et al.* – *Le Livre Noir du Communisme*. Paris, Éditions Robert Laffont, 1997 (tradução portuguesa: *O Livro Negro do Comunismo*, Lisboa, Quetzal Editores, 1998).

³ Merle, Marcel – *L'Anticolonisme de Las Casas a Karl Marx*. Paris, Librairie Armand Colin, 1969. *O Anticolonismo Europeu. Três Séculos de Pensamento Anticolonialista*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.

Sérgio Neto
Colaborador do CEIS20

Jaime Nogueira Pinto, António de Oliveira Salazar, O Outro Retrato, Revisão e índices de Inês Pinto Basto, A Esfera dos Livros, 1.ª edição, 2007 264 p. + 32 de extratexto.

O Outro Retrato ou a Subversão da História?

Entrado na 3.ª edição, *António de Oliveira Salazar, O Outro Retrato*, da autoria de Jaime Nogueira Pinto (JNP) justifica atenção.

O autor confirmara já talentos por ocasião das alegações orais que apresentou na qualidade de defensor de Oliveira Salazar no programa de entretenimento do canal de serviço público de televisão, *Os Grandes Portugueses*. As alegações escritas foram deixadas por JNP para o *Outro Retrato*, que a Esfera dos Livros publicou com sentido de oportunidade editorial.

Signatário que fui de um documento legitimamente crítico do formato do referido programa televisivo, que JNP considera ser expressão *ridícula* de reacção a *Os Grandes Portugueses*, «um abaixo-assinado – escreve –, de historiadores “preocupados”», entendo que seria lastimável deixar passar o momento da divulgação do livro sem que sobre ele, sobre o retrato de Salazar pintado por JNP, se comentasse nada. Merece-o a obra e o autor, mesmo que o registo seja crítico, como o que se segue essencialmente é.

Importará antes de mais clarificar que as observações, notas, interpelações que nos foram sugeridas pela leitura de *O Outro Retrato* ultrapassam o âmbito limitado da presente recensão, ficando registadas tão só as que nos pareceram mais relevantes, todas se inserindo no domínio estrito do conhecimento historiográfico. É que, se JNP tem todo o direito de escrever sobre Oliveira Salazar o que bem entender, de pintar a personalidade do antigo Presidente do Conselho com as cores que se lhe afiguram quadrarem mais adequadamente à sua visão do homem e do político, já nos parece criticável que essa visão assente, em aspectos essenciais, numa revisão ou subversão da verdade histórica.

Temos presente que JNP não ilude o leitor e logo lhe propõe uma «visão alternativa», não só do homem, mas do seu tempo, «um relato escrito, uma narrativa breve, corrida, mais de sínteses alternativas do que de problemáticas suspensas» (pág. 15).

A proposta de JNP aparentando resolver um problema, à semelhança do que há muitos anos atrás fizera Jesús Pabón na sua *La Revolución Portuguesa*¹, verdadeiramente cria o problema de *O Outro Retrato*.

Ao contrário de se libertar duma lógica maniqueísta em que à primeira